

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	26
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	28
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	29
--	----

Motivos de Reapresentação	30
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	500
Preferenciais	0
Total	500
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	109.896.844	104.039.522
1.01	Ativo Circulante	108.659.344	104.039.522
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	105.707	5.593.386
1.01.01.01	Depósitos bancários a vista	12.577	1.380.824
1.01.01.02	Aplicação de liquidez imediata	93.130	4.212.562
1.01.04	Estoques	99.760.878	98.389.831
1.01.04.01	Hard Rock Hotel Fortaleza	99.760.878	91.506.079
1.01.04.02	Hard Rock Hotel Ilha do Sol - Paraná	0	6.883.752
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	8.792.759	56.305
1.01.08.03	Outros	8.792.759	56.305
1.01.08.03.01	Mútuo Hard Rock Hotel Ilha do Sol - Paraná	7.654.305	0
1.01.08.03.02	Mútuo HRCN Caldas Novas SPE Ltda	1.120.679	0
1.01.08.03.04	Outros ativos circulantes	17.775	56.305
1.02	Ativo Não Circulante	1.237.500	0
1.02.02	Investimentos	1.237.500	0
1.02.02.01	Participações Societárias	1.237.500	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	109.896.844	104.039.522
2.01	Passivo Circulante	15.184.642	13.730.617
2.01.02	Fornecedores	80.015	4.580
2.01.03	Obrigações Fiscais	28.360	190.830
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	28.360	190.830
2.01.03.01.02	IRRF	5.789	28.631
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	22.571	95.940
2.01.03.01.04	INSS	0	52.659
2.01.03.01.05	ISS	0	13.600
2.01.05	Outras Obrigações	15.076.267	13.535.207
2.01.05.02	Outros	15.076.267	13.535.207
2.01.05.02.04	Aquisição de Imobilizado - HRH Fortaleza	12.884.369	12.600.000
2.01.05.02.05	Assessorias, intervenientes e comissões	954.398	935.207
2.01.05.02.06	Aquisição de participação societária - HRCN	1.237.500	0
2.02	Passivo Não Circulante	94.964.667	90.341.668
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	35.178.466	31.875.001
2.02.01.02	Debêntures	35.178.466	31.875.001
2.02.02	Outras Obrigações	59.786.201	58.466.667
2.02.02.02	Outros	59.786.201	58.466.667
2.02.02.02.03	Aquisição de imobilizado - HRH Fortaleza	52.560.047	51.400.000
2.02.02.02.04	Assorias, intervenientes e comissões	7.226.154	7.066.667
2.03	Patrimônio Líquido	-252.465	-32.763
2.03.01	Capital Social Realizado	500	500
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-252.965	-33.263

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-241.441	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-30.310	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-211.131	0
3.04.02.01	Serviços prestados por terceiros	-159.145	0
3.04.02.02	Despesas gerais	-41.482	0
3.04.02.03	Despesas tributárias	-10.504	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-241.441	0
3.06	Resultado Financeiro	21.739	0
3.06.01	Receitas Financeiras	31.334	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.595	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-219.702	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-219.702	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-219.702	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-439,40000	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-219.702	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-219.702	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.986.701	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.406.253	0
6.01.01.01	Resultado líquido do período	-219.702	0
6.01.01.02	Encargos de empréstimos e financiamentos	1.623.094	0
6.01.01.03	Encargos de debêntures não conversíveis	3.002.861	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.419.552	0
6.01.02.01	Estoques - Imóveis a comercializar	-1.371.047	0
6.01.02.03	Outros ativos circulantes	38.530	0
6.01.02.04	Contas a pagar aos fornecedores	75.435	0
6.01.02.06	Outros passivos circulantes	-162.470	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.237.500	0
6.02.01	Aumento em investimentos	-1.237.500	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.236.880	450
6.03.01	Credores por financiamentos	1.237.500	0
6.03.02	Debêntures não conversíveis	300.604	0
6.03.03	Mútuos a receber	-8.774.984	0
6.03.04	Integralização de capital	0	450
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.487.679	450
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.593.386	50
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	105.707	500

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	500	0	0	-33.263	0	-32.763
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	500	0	0	-33.263	0	-32.763
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-219.702	0	-219.702
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-219.702	0	-219.702
5.07	Saldos Finais	500	0	0	-252.965	0	-252.465

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	50	0	0	0	0	50
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	50	0	0	0	0	50
5.04	Transações de Capital com os Sócios	450	0	0	0	0	450
5.04.01	Aumentos de Capital	450	0	0	0	0	450
5.07	Saldos Finais	500	0	0	0	0	500

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-230.937	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-230.937	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-230.937	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-230.937	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	31.334	0
7.06.02	Receitas Financeiras	31.334	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-199.603	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-199.603	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.504	0
7.08.02.01	Federais	9.601	0
7.08.02.02	Estaduais	903	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.595	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-219.702	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-219.702	0

Comentário do Desempenho

VENTURE CAPITAL PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ 24.241.659/0001-06

Relatório da administração em 31 de março de 2018 (Reapresentação)

Senhores Acionistas,

A diretoria da VENTURE CAPITAL PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A. (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, está reapresentando a V.Sas., o relatório da administração, as demonstrações financeiras intermediárias, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2018, acompanhadas das notas explicativas e do relatório sobre a revisão de informações trimestrais do auditor independente, conforme nota explicativa 2.4.

Descrição dos negócios

A Companhia, fundada em 2016, tem como foco o investimento direto em projetos hoteleiros de alto padrão, com a marca HARD ROCK HOTEL, com controles em todos os processos desde o desenvolvimento do projeto, comercialização, gestão de recebíveis e operação.

Investimentos

A Companhia conta hoje com um projeto em andamento, o Hard Rock Hotel & Resort Fortaleza, com as obras em fase adiantada, e vem formatando um novo investimento no estado do Paraná, o Hard Rock Hotel Ilha do Sol.

Hard Rock Hotel & Resort Fortaleza

Localizado na Praia de Lagoinha, próximo da cidade de Fortaleza – CE, a propriedade oferece vista panorâmica do Oceano Atlântico, com praia de águas cristalinas e calmas com quase um quilômetro de areia intocada.

O empreendimento conta com um hotel de 228 quartos, 42 casas, 132 apartamentos, 3 restaurantes, 2 piscinas, 1.322 m² de espaço para reuniões, 1.585 m² de espaço para eventos, e mais diversos espaços de lazer e entretenimento.

A Companhia contratou a empresa HORWATH HTL S.A., mundialmente conhecida, especializada em consultoria em hotelaria, turismo, lazer e indústrias relacionadas, para atualizar os estudos de viabilidade do empreendimento, que apresentou relatório em maio de 2018, intitulado “Laudo de Avaliação Preço de Venda da Fração Residencial para o Hard Rock Hotel Fortaleza, Estado de Ceará – Brasil – FIRST DRAFT”, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 2.7.2018, que estimou, para venda em condições normais, um potencial de Valor Geral de Vendas (VGV) de R\$833 milhões.

Início das vendas

Em junho de 2018 a Companhia iniciou as vendas através de um pré-lançamento realizado na cidade de Fortaleza, com imobiliárias regionais, sendo disponibilizado para o mercado algumas unidades específicas para o público local, que terá impacto nas demonstrações financeiras intermediárias referente à 30.6.2018. O resultado inicial foi muito positivo e a Companhia decidiu

Comentário do Desempenho

ampliar seus pontos de vendas em outras cidades para atingir mais potenciais compradores regionais. O projeto está sendo vendido ao público pelo regime de multipropriedade, onde os compradores adquirem uma fração de 1/26 avos de uma unidade imobiliária e terão direito de utilizá-la por 2 semanas no ano.

Esse pré-lançamento acontece concomitante ao plano de vendas inicial que prevê a instalação de duas salas de vendas, em Fortaleza, com equipes especializadas em vendas de multipropriedade. Nesse intento, a administração contratou um ponto de venda à beira mar de Fortaleza e o processo de reforma e adaptação do mesmo já foi iniciado. Nesse primeiro ponto será criado um espaço com até 20 pontos de atendimento simultâneos, contendo recepção, espaço kids, sala de apresentação de vídeo, copa e sala administrativa. O segundo ponto de venda está previsto para ser implantando dentro do Hard Rock Café, que já iniciou suas obras e tem previsão de entrega para o segundo semestre de 2018, aproveitando a oportunidade desse espaço, até que o Hard Rock Café não inicie suas atividades. Identificamos, também, dois pontos com bastante circulação de clientes potenciais, em dois estabelecimentos comerciais à beira mar da Praia do Futuro, que estão sendo analisados.

O Hard Rock Hotel Ilha do Sol - Paraná

A Companhia está em tratativas, formatando um investimento em um projeto, já em andamento, situado em uma ilha fluvial na Represa de Capivara, próximo da cidade de Londrina – PR. A propriedade oferece uma vista deslumbrante sobre a água circundante com uma ampla praia. O empreendimento conta com 311 unidades hoteleiras, entre apartamentos simples e duplos, chalés simples e duplos, bangalôs, 3 restaurantes, 3 piscinas, 1.278 m² de espaço para reuniões, 1.585 m² de espaço para eventos, spa, quadras esportivas, e mais diversos espaços de lazer e entretenimento, tudo com padrão da mais alta qualidade. O projeto, também será vendido ao público pelo regime de multipropriedade. O valor geral de venda (VGV) do projeto está estimado em R\$312 milhões de reais.

Captação de recursos

Para viabilizar os seus empreendimentos, a Companhia realizou, em 18 de agosto de 2017, a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 476 de 16 de janeiro de 2009.

Em 2.7.2018, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram, nos termos da cláusula 3.9.4.7 da Escritura de Emissão de debêntures, o cancelamento da 2ª série de emissão de debêntures não conversíveis em ações, com garantia real e garantia adicional fidejussória, no montante total de R\$ 50.000.000,00, constituídas por valor unitário de R\$1.000,00 na data da emissão, objeto da Escritura, visto que nesta data nenhuma debênture da segunda série foi subscrita.

Em 20.7.2018, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, determinou, através da Deliberação CVM 796/2018, que a Companhia e seus acionistas “se abstenham de realizar ou atuar em novas ofertas públicas com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, pelo período de 1 ano, prorrogável (se for o caso) conforme nova determinação do Colegiado da CVM”. A Companhia está em entendimentos com a CVM buscando reverter essa situação.

Comentário do Desempenho

Ambiente econômico

Segundo o Relatório de Inflação do Banco Central do Brasil, Volume 20, Número 1, Março 2018, a projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018, incorporando os resultados das Contas Nacionais Trimestrais divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2017 e as estatísticas disponíveis para o trimestre em curso, manteve-se em 2,6%, mesma previsão apresentada no Relatório de Inflação de dezembro de 2017, em linha com a retomada gradual da atividade econômica ao longo do ano e com as perspectivas de sua continuidade nos próximos trimestres.

A Companhia adota o formato comercial de venda de cotas fracionadas dos empreendimentos hoteleiros e futuramente da exploração dos hotéis. Desta forma tanto o processo de venda de férias compartilhadas, quanto o faturamento dos hotéis são influenciados pelo desempenho da economia. Estudos recentes demonstram que o setor hoteleiro como um todo é afetado diretamente pelo desempenho do PIB, onde a sua variação positiva ou negativa impacta em um percentual que corresponde aproximadamente o dobro do realizado. Portanto a estimativa de crescimento de 2,6% para o PIB de 2018 irá impactar no setor hoteleiro um aumento de 5% nas suas bases de faturamento e na velocidade de venda.

Relacionamento com o auditor independente

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003, a Companhia declara que passou a utilizar os serviços de auditoria do auditor independente Paulo de Tarso Borges Ramos a partir do primeiro trimestre de 2017. A política da Companhia na contratação de serviços de auditoria independente assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

xxx

Enfim, a diretoria da VENTURE CAPITAL PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A. Coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas, para esclarecimentos que se julgarem convenientes.

Fortaleza, CE, 28 de setembro de 2018.

Fábio Sampaio Neri

Diretor Presidente

Diretor de Relações com Investidores

Hugo Fernando Iwaki Oliveira

Diretor Administrativo-Financeiro

Notas Explicativas

VENTURE CAPITAL PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (Reapresentação)

Para o trimestre findo em 31 de março de 2018

Em reais, exceto quando de outra forma indicado

1 Contexto operacional

A VENTURE CAPITAL PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A. (“Companhia”), é uma Companhia Aberta, com sede e foro na Cidade de Fortaleza, CE, na Rua Desembargador Lauro Nogueira, número 1.500, sala 1.511, bairro / distrito Papicu, CEP 60176-065, teve os seus atos constitutivos confirmados pela Junta Comercial do Estado do Espírito Santo e pela Receita Federal em 23 de fevereiro de 2016.

A Companhia tem como objeto social: “(i) a atividade de holding de instituições não financeiras; (ii) administração e exploração comercial de hotéis, incluindo a construção, implementação e gestão dos respectivos empreendimentos; (iii) administração e exploração comercial de residenciais com serviço, incluindo a construção, implementação e gestão dos respectivos empreendimentos; (iv) exploração comercial de concessões de hotéis em aeroportos, incluindo a construção, implementação e gestão dos respectivos empreendimentos; (v) a construção de edifícios; (vi) incorporação imobiliária; (vii) compra e venda de imóveis próprios; (viii) aluguel de imóveis próprios; (ix) loteamento de imóveis próprios; (x) intermediação na compra, venda e alugueis de imóveis de terceiros; e, (xi) gestão e administração de atividade imobiliária.”.

A Companhia tem como foco o investimento direto em projetos hoteleiros de alto padrão, com a marca HARD ROCK HOTEL, com controles em todos os processos desde o desenvolvimento do projeto, comercialização, gestão de recebíveis e operação. A Companhia conta hoje com um projeto em andamento, o Hard Rock Hotel Fortaleza – Ceará (Nota 3.2), com as obras em fase adiantada, e vem formatando um novo investimento no estado do Paraná, o Hard Rock Hotel Ilha do Sol (Nota 3.3). A Companhia adquiriu 55% da participação societária na empresa HRCN Caldas Novas SPE Ltda. (Nota 3.4), mas a permanência no negócio está sendo revista pela administração da Companhia.

2 Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, contemplando a orientação contida no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP01/2018, relacionada à aplicação da Orientação OCPC 04, sobre o reconhecimento de receitas ao longo do tempo, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (“CPC”), aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de contabilidade (“CFC”), apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas ao valor justo ou por perdas pela redução ao valor recuperável (impairment) de ativos, quando necessário.

Notas Explicativas

As informações da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, implementadas no Brasil através do CPC, aprovadas pela CVM e pelo CFC. Em conformidade com a Orientação “OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral”, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas e foi elaborada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras.

2.3 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Destacamos abaixo as normas e interpretações emitidas, que a companhia adotou em 2018 e as que serão adotadas a partir de 2019, até a data de emissão dessas informações financeiras intermediárias:

IFRS	CPC	Tema	Vigência
IFRS 15	CPC 47	Receitas de Contratos com Clientes	1º de janeiro de 2018
IFRS 16	CPC 06 (R2)	Arrendamentos	1º de janeiro de 2019
IFRIC 23	-	Incerteza sobre tratamentos de Imposto de Renda	1º de janeiro de 2019

CPC 47 (IFRS 15)

Em novembro de 2016, o “CPC 47– Receitas de Contratos com Clientes” (IFRS 15) foi emitido pelo CPC. Este pronunciamento estabelece novos critérios sobre aspectos relacionados à receita, incluindo a identificação de uma obrigação de performance e momento de reconhecimento de receita baseado na transferência do controle de um bem ou serviço. Uma entidade avalia o atendimento de determinados critérios estabelecidos nesse pronunciamento para avaliar se o reconhecimento da receita deve ocorrer em um momento específico ou ao longo do tempo, quando a entidade satisfizer às obrigações de performance. Desde então, há intensa discussão quanto ao tratamento contábil da referida norma para o ambiente econômico e legal brasileiro referente ao setor de incorporação imobiliária.

A área técnica da CVM, mediante Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº1/2018, orientou as entidades no sentido de observar o que está previsto na OCPC 04 ora vigente, aprovada pela Deliberação CVM nº 653/2010, aplicando-se os ajustes que se fizerem necessários em função da vigência da IFRS 15 para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2018, até que haja alinhamento sobre a aplicação ou não do reconhecimento de receita ao longo do tempo. Desta forma, a Companhia informa que, não há qualquer impacto da aplicação do CPC 47 em suas

Notas Explicativas

demonstrações financeiras, visto que seu faturamento somente teve início em junho de 2018 e aguarda a pacificação do tema para mensurar, caso aplicável, eventual impacto da aplicação do CPC 47 sobre suas demonstrações financeiras.

CPC 06 R2 (IFRS 16) e IFRIC 23

A Companhia pretende adotar este pronunciamento e interpretação, respectivamente, a partir da entrada em vigência, 1º de janeiro de 2019. Considerando as suas atuais operações, a Administração não espera que essas alterações tenham efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

CPC 48 (IFRS 9)

O CPC 48 (IFRS 9), substitui o CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e, estabelece requerimentos para reconhecer, mensurar e classificar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros.

Com base na sua avaliação, a Companhia identificou que a principal diferença na mensuração de ativos e passivos financeiros decorrente da adoção do novo pronunciamento, está relacionada com a alteração do conceito de redução no valor recuperável das contas a receber, que, além do conceito de perda verificada, incorpora também o conceito de perda esperada. De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 (IAS 39).

Considerando que as vendas foram iniciadas em junho de 2018, a Companhia passou a reconhecer a perda de crédito esperada no contas a receber de contratos ativos com clientes, simultaneamente ao reconhecimento das respectivas receitas destes contratos, nas demonstrações financeiras intermediárias referente à 30.6.2018.

2.4 Reapresentação das demonstrações financeiras intermediárias

Em decorrência de revisão dos lançamentos contábeis referentes ao período de três meses findos em 31 de março de 2018, foram encontrados alguns erros que ensejaram ajustes contábeis no Balanço patrimonial e na Demonstração do resultado, que foram reapresentados, conforme orientações do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, conforme abaixo:

Notas Explicativas

No Balanço patrimonial:

Ativo	Item	31.03.2018 Apresentação	Ajuste	31.03.2018 Reapresentação
Circulante				
Imóveis a comercializar	1	98.036.910	1.723.968	99.760.878
Mútuos a receber	2	8.822.984	(48.000)	8.774.984
Passivo				
		31.03.2018 Apresentação	Ajuste	31.03.2018 Reapresentação
Circulante:				
Credores por financiamentos	3	14.770.833	305.434	15.076.267
Contas a pagar aos fornecedores	4	81.583	(1.568)	80.015
Outros passivos circulantes	5	27.332	1.028	28.360
Não circulante:				
Credores por financiamentos	6	58.466.667	1.319.534	59.786.201

Os ajustes no Balanço patrimonial, referem-se basicamente a lançamentos das atualizações monetárias dos Credores por financiamentos (itens 3 e 6), referentes ao período de três meses findos em 31.03.2018, com reflexos em Imóveis a comercializar (item 1), e, a realinhamento de saldos contábeis.

Na Demonstração do resultado:

	Item	31.03.2018 Apresentação	Ajuste	31.03.2018 Reapresentação
Comerciais	7	(356)	(29.954)	(30.310)
Despesas administrativas e gerais	8	(292.085)	80.954	(211.131)
Receitas financeiras	9	30.794	540	31.334

Os ajustes na Demonstração do resultado (itens 7, 8 e 9), referem-se principalmente a realinhamento de saldos contábeis.

2.5 Consolidação de demonstrações financeiras

Em 15.2.2018, a Companhia iniciou a aquisição de 55% das cotas de capital da empresa HRCN Caldas Novas SPE LTDA. - HRCN, no valor de R\$1.237.500, e nomeou o administrador da sociedade. Porém, em decorrência das reformulações e revisões que a Companhia está fazendo em seus projetos, as integralizações de capital na HRCN foram suspensas e a permanência no negócio está sendo revista pela administração da Companhia, conforme nota explicativa 3.4. Em decorrência disso as demonstrações financeiras não foram consolidadas até que se defina a formatação desses investimentos ou as deliberações a serem tomadas a esse respeito.

2.6 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Notas Explicativas

2.7 Aprovação das demonstrações financeiras intermediárias

Os eventos subsequentes foram avaliados até 28 de setembro de 2018, data em que as demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

3 Resumo das principais práticas e estimativas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas informações contábeis intermediárias estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente, salvo disposição em contrário.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Provenientes dos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, cujos vencimentos originais são inferiores há três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo atualizado com os rendimentos obtidos até a data de fechamento do balanço. Os rendimentos das aplicações financeiras são registrados na rubrica "receitas financeiras" da demonstração do resultado do exercício.

3.2 Imóveis a comercializar

Registram-se nessa conta, as unidades em construção ou quando concluídas e ainda não vendidas, demonstrados pelo valor do custo incorrido, os quais não excedem o valor de mercado. O custo incorrido da construção compreende materiais, mão de obra própria ou contratada de terceiros, terrenos, custos de aquisição e despesas de escrituração e de legalização do empreendimento, encargos financeiros aplicados ao empreendimento incorridos durante a fase de construção, e outros custos relacionados à construção e ao empreendimento.

O valor de R\$99.760.878, refere-se aos custos aplicados aos empreendimentos incorridos até 31 de março de 2018, conforme nota explicativa 5.

3.3 Mútuos a receber

Referem-se a mútuos contratados com partes relacionadas (Nota 3.10), ou com projetos em prospecção ou em fase inicial, ainda em estágio de formulações e formatações, aguardando definição se serão devolvidos ou transferidos para investimentos ou para ativos circulantes disponíveis para venda, conforme nota explicativa 6.

3.4 Investimentos

A Companhia iniciou a aquisição de 55% das cotas de capital da empresa HRCN Caldas Novas SPE LTDA. - HRCN, no valor de R\$1.237.500, e nomeou o administrador da sociedade, conforme sua terceira alteração contratual registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás, em 15.2.2018, estando essa subscrição contabilizada em Credores por financiamentos, conforme nota explicativa 7. Porém, em decorrência das reformulações e revisões que a

Notas Explicativas

Companhia está fazendo em seus projetos, as integralizações de capital na HRCN foram suspensas e a permanência no negócio está sendo revista pela administração da Companhia.

3.5 Credores por financiamentos

Referem-se a subscrição de capital e a financiamentos feitos diretamente com os promitentes vendedores dos empreendimentos adquiridos pela Companhia, com prazos de até 60 meses, com garantias reais, atualizados pelo Índice Geral de Preços ao Mercado – IGPM/FGV, para a implantação dos projetos hoteleiros de alto padrão, com a marca HARD ROCK HOTEL, conforme nota explicativa 7.

3.6 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar a fornecedores referem-se às obrigações a pagar por bens e serviços em geral adquiridos no decorrer do exercício.

Normalmente as contas a pagar a fornecedores são reconhecidas pelo valor da fatura correspondente, líquidas dos valores já pagos.

3.7 Debêntures não conversíveis

O saldo de R\$35.178.466, refere-se ao valor atualizado em 31.3.2018, das debêntures, subscritas e integralizadas, nos termos da escritura particular da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, com garantia real e garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, arquivada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo em 31.8.2017, com as seguintes características:

<u>Série</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor nominal unitário</u>	<u>Prazo</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Data de vencimento</u>
Primeira	50.000	R\$1.000,00	5 anos	18.8.2017	18.8.2022
Segunda	50.000	R\$1.000,00	5 anos	18.8.2017	18.8.2022

Atualização do valor nominal unitário, e, Remuneração:

. 1ª série: Atualização: IPCA/IBGE - a partir da data da emissão.

Remuneração: 10% a.a.

. 2ª série: Atualização: IPCA/IBGE - a partir da primeira integralização.

Remuneração: 10% a.a.

3.8 Capital social

O capital social em 31 de março de 2018 é de R\$500, representado por 500 ações nominativas, da espécie ordinária, e sem valor nominal.

A Companhia poderá emitir títulos múltiplos representativos das ações, correndo por conta dos solicitantes os custos respectivos, sendo as ações ou títulos múltiplos que as representem assinados por dois diretores.

As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária conferirá a seu titular direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas da Companhia.

Notas Explicativas

3.9 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor, puder ser mensurado de forma segura. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a entidade tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses, e classificados como não circulantes caso contrário.

3.10 Partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas são efetuadas considerando diversos fatores favoráveis à Companhia que se traduzem em ganho ou em economia financeira, tais como: são empresas homologadas pela marca Hard Rock, que já trabalham focadas em desenvolver os projetos dentro dos padrões da marca, traduzindo em economia de tempo, fiscalização, aprovação, e, otimizam a comercialização e valorizam o empreendimento na hora das vendas.

Os membros do Conselho de administração e da Diretoria renunciaram, para o exercício em curso, à remuneração em favor da Companhia.

A entidade não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para os administradores e/ou demais colaboradores.

Em 31.3.2018 a Companhia apresentou os seguintes saldos de operações com partes relacionadas:

	Em 31.03.2018			
	Imóveis a comercializar (Nota 3.2)	Mútuos a receber (Nota 3.3)	Investimentos (Nota 3.4)	Credores por Financiamentos (Nota 3.5)
Ekos Brasil Engenharia Ltda.	3.719.646			
Fisa Brasil Participações Ltda.	2.976.000			
SBY Equipamentos Ltda.	872.064			
HRCN Caldas Novas SPE		1.120.679	1.237.500	1.237.500
	7.567.710	1.120.679	1.237.500	1.237.500

A Companhia tem sócios em comum com as empresas Ekos, Fisa, SBY, HRC Fortaleza, VCI e OPL, tem subscrição de capital na HRCN, e tem com elas as seguintes operações relevantes:

Ekos: Verificação, com laudos técnicos, da viabilidade de aproveitamento das estruturas preexistentes no projeto Lagoinhas e se as mesmas são adaptáveis ao padrão Hard Rock; serviços de drenagem das construções, e, serviços de recuperação das estruturas do projeto, que estavam danificadas em decorrência do embargo da obra por 8 anos.

Fisa: A função da FISA, como AREA DEVELOPER, tem como objeto garantir a marca tanto com serviços técnicos quanto com garantias compostas nos Estados Unidos. A empresa garante que as taxas de franquia, serviços técnicos, entre outros, estejam dentro dos padrões

Notas Explicativas

de mercado e economizam cerca de R\$7 milhões de reais com custos de seguros, em benefício da Companhia. Destaca-se, também, que a marca reduz a exposição de caixa do projeto e consegue preços até 40% maiores no metro quadrado comercializado conforme base mundial da própria HARD ROCK.

SBY: A SBY, empresa homologada pela HARD ROCK, tem como objeto executar e coordenar todos os projetos arquitetônicos e complementares do empreendimento, verificando, ainda na fase inicial, se o projeto pode se transformar num hotel HARD ROCK, e se todos os requerimentos mínimos exigidos pela marca serão atendidos, coordenando os projetos com engenheiros e arquitetos.

HRCN: Subscrição de capital social, porém a permanência no negócio está sendo revista pela administração da Companhia, conforme notas explicativas 3.4 e 7.

3.11 Resultado do exercício

A entidade adota o regime de competência de exercícios, para reconhecer as receitas e despesas.

A receita, quando a Companhia entrar na fase operacional, será calculada pelo valor justo da venda ou contraprestação recebida e ou a receber, deduzida dos impostos sobre vendas e quaisquer descontos incondicionais. Também se observará quanto ao reconhecimento da receita: a) possibilidade de sua mensuração com segurança; b) probabilidade de benefícios econômicos futuros fluírem para entidade; e, c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos em cada uma das vendas realizadas.

As despesas incorridas ou a serem incorridas são mensuradas quando estas proporcionam confiabilidade para a entidade.

As receitas financeiras provêm de juros sobre aplicações financeiras, descontos financeiros ativos e juros e congêneres, e são reconhecidas conforme o prazo decorrido e à medida que há expectativa de realização, sempre em linha com as taxas efetivas de juros aplicados.

Os resultados líquidos apurados no exercício são transferidos para o Patrimônio Líquido para a conta Lucros ou prejuízos acumulados, e, apresentado na Demonstração das mutações do patrimônio líquido, aguardando o encerramento do exercício para sua destinação.

3.12 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e a contribuição social, calculados com base no lucro presumido.

3.13 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio de resultado; debêntures; empréstimos e recebíveis; e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros são adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

3.14 Mensuração do valor recuperável de ativos

A administração da Companhia efetuou verificação da necessidade de reconhecimento contábil de alguma perda por desvalorização dos seus ativos e concluiu que não houve necessidade de tal reconhecimento, para o trimestre findo em 31 de março de 2018.

3.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O valor presente de ativos e passivos monetários são calculados, e somente registrados, se considerados relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Os passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente, por competência, e portanto, estão registrados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente dos ativos monetários foram calculados levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e as taxas de juros explícitas nos respectivos ativos.

3.16 Uso de estimativa

Na aplicação das políticas contábeis da sociedade, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência e outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período em que são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou, também, em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.17 Passivos contingentes

Com base nas recomendações dos seus consultores jurídicos, a Companhia não reconheceu nenhuma provisão para contingências por motivo de ausências de fatos que justificassem tal reconhecimento.

3.18 Cobertura de seguros

Os seguros são contratados pelas construtoras antes do início das obras e são proporcionais aos riscos envolvidos. A administração da Companhia avalia se os seguros contratados são suficientes para cobrir possíveis riscos de responsabilidades e sinistros com seus ativos.

Notas Explicativas

4 Caixa e equivalentes de caixa	31.03.2018	31.12.2017
Depósitos bancários a vista	12.577	1.380.824
Aplicações de liquidez imediata	93.130	4.212.562
	105.707	5.593.386

As aplicações de liquidez imediata compreendem a investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB), indexados a 99,50% da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI ou DI), com risco insignificante de alteração de valor.

5 Imóveis a comercializar	31.03.2018	31.12.2017
Hard Rock Hotel Fortaleza	99.760.878	91.506.079
Hard Rock Hotel Ilha do Sol – Paraná		6.883.752
	99.760.878	98.389.831

A formatação do investimento feito no projeto Hard Rock Hotel Ilha do Sol – Paraná está sendo revisto e possivelmente será reformulado. Em decorrência disso, o saldo do referido investimento foi transferido para Mútuos a receber, conforme nota explicativa 6.

6 Mútuos a receber	31.03.2018	31.12.2017
Hard Rock Hotel Ilha do Sol – Paraná	7.654.305	
HRCN Caldas Novas SPE LTDA	1.120.679	
	8.774.984	-

Referem-se a valores investidos em novos projetos, e que, em decorrência de revisões e reformulações nos projetos e nas suas formatações, serão devolvidos à Venture Capital e ficarão disponíveis para novas deliberações.

7 Credores por financiamentos	31.03.2018	31.12.2017
Circulante:		
Aquisição de imobilizado (Hard Rock Hotel Fortaleza)	12.884.369	12.600.000
Assessorias, intervenientes, comissões	954.398	935.207
Aquisição de participação societária da HRCN Caldas Novas SPE LTDA	1.237.500	
	15.076.267	13.535.207
Não circulante:		
Credores por financiamentos:		
Aquisição de imobilizado (Hard Rock Hotel Fortaleza)	52.560.047	51.400.000
Assessores, intervenientes, comissões	7.226.154	7.066.667
	59.786.201	58.466.667
	74.862.468	72.001.874

Notas Explicativas

	Período de três meses findos em 31 de março de	
	2018	2017
8 Despesas administrativas e gerais		
Serviços prestados por terceiros	(159.145)	
Despesas Gerais	(41.482)	
Despesas tributárias	(10.504)	
	(211.131)	-

	Período de três meses findos em 31 de março de	
	2018	2017
9 Resultado financeiro		
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	30.705	
Descontos obtidos	629	
	31.334	-
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(9.113)	
Juros passivos	(437)	
IOF	(45)	
	(9.595)	-
Resultado financeiro líquido	21.739	-

10 Eventos subsequentes

Em 2.7.2018, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram por unanimidade de votos proferidos e sem qualquer ressalva, as seguintes deliberações:

- (i) Nos termos da cláusula 3.9.4.7 da Escritura de Emissão de debêntures, o cancelamento da 2ª série de emissão de debêntures não conversíveis em ações, com garantia real e garantia adicional fidejussória, no montante total de R\$ 50.000.000,00, constituídas por valor unitário de R\$1.000,00 na data da emissão, objeto da Escritura, visto que nesta data nenhuma debênture da segunda série foi subscrita.
- (ii) Aprovado o “Laudo de Avaliação de Preço de Venda da Fração Residencial para o Hard Rock Hotel Fortaleza, Estado de Ceará – Brasil – FIRST DRAFT”, disponível para consulta a qualquer momento no “site” da Companhia. O referido Laudo alterou a avaliação do imóvel dado em garantia na Escritura, perfazendo montante de valor total de R\$832.861.826,00 para venda em condições normais e R\$624.646.370,00, em condições de venda forçada, tendo assim, R\$728.754.098,00 de valor médio de venda.

Notas Explicativas

- (iii) Aprovado a alteração do montante dado em garantia, restando garantia proporcional à 1ª série de emissão de debêntures não conversíveis em ações, considerando o valor do Laudo aprovado.

As deliberações acima foram encaminhadas, em documento apartado, ao Agente Fiduciário para este verificar sua regularidade e deliberar sobre sua aprovação, nos termos do art. 70 e 74 § 1º da Lei 6.404/76, e, da cláusula 8.3, itens (ix) e (x) da Escritura. Uma vez aprovado, o Agente Fiduciário deverá convocar a Assembleia de Debenturistas, nos termos da cláusula 8.3 (xiv) da Escritura, para que os Debenturistas possam deliberar sobre a proposta de alteração da garantia ora tratada, nos termos do Documento Apartado aprovado pelo Agente Fiduciário.

Em 20.7.2018, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, determinou, através da Deliberação CVM 796/2018, que a Companhia e seus acionistas “se abstenham de realizar ou atuar em novas ofertas públicas com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, pelo período de 1 ano, prorrogável (se for o caso) conforme nova determinação do Colegiado da CVM”. A Companhia está em entendimentos com a CVM buscando reverter essa situação.

11 Termo de responsabilidade

A Companhia assume plena responsabilidade pela fidedignidade da presente demonstração contábil, inclusive a formalização da escrituração dos livros digitais em conformidade com a legislação vigente.

12 Conselho de Administração

Mandato: triênio 2017/2020

Fábio Sampaio Neri

Samuel dias Sicchierolli Junior

Roseilto Alves de Oliveira

13 Diretoria

Mandato: triênio 2017/2020

Fábio Sampaio Neri

Diretor Presidente

Diretor de Relações com Investidores

Hugo Fernando Iwaki Oliveira

Diretor Administrativo-Financeiro.

Notas Explicativas

14 Contabilidade

Marcelo Murta Pinheiro
CRC ES 009714/O

xxx

Fábio Sampaio Neri
Diretor Presidente
Diretor de Relações com Investidores

Hugo Fernando Iwaki Oliveira
Diretor Administrativo-Financeiro

Marcelo Murta Pinheiro
Contador - CRC ES 009714/O

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais (Reapresentação)

Aos Acionistas e administradores da

VENTURE CAPITAL PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Fortaleza, CE

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, da VENTURE CAPITAL PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, contemplando a orientação contida no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP 01/2018 relacionado à aplicação da Orientação CPC 04, sobre o reconhecimento de receitas ao longo do tempo, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1), contemplando a orientação contida no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n.º 01/2018

Conforme nota explicativa 2.5, a Companhia iniciou a aquisição de 55% das cotas de capital da empresa HRCN Caldas Novas SPE LTDA., no valor de R\$1.237.500,00, e nomeou o administrador da sociedade, conforme sua terceira alteração contratual registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás, em 15.2.2018, porém não consolidou as demonstrações financeiras, em atendimento ao Pronunciamento técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas.

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1), contemplando a orientação contida no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n.º 01/2018

Com base em nossa revisão, com exceção do assunto descrito no parágrafo anterior, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, contemplando a orientação contida no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP 01/2018 relacionado à aplicação da Orientação OCPC 04, sobre o reconhecimento de receitas ao longo do tempo, assim como a apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Ênfase

Chamamos atenção para a nota explicativa 10, que menciona que em 20.7.2018, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, determinou, através da Deliberação CVM 796/2018, que a Companhia e seus acionistas "se abstenham de realizar ou atuar em novas ofertas públicas com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, pelo período de 1 ano, prorrogável (se for o caso) conforme nova determinação do Colegiado da CVM".

Conforme descrito na Nota 2.1, as informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, contemplando a orientação contida no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP 01/2018 relacionado à aplicação da Orientação OCPC 04 ora vigente, sobre o reconhecimento de receitas ao longo do tempo, enquanto o processo de discussão da OCPC 04 não for concluído. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Reapresentação das demonstrações financeiras intermediárias

Conforme mencionado na nota explicativa 2.4, em decorrência de revisão dos lançamentos contábeis referentes ao período de três meses findos em 31 de março de 2018, feita até 28 de setembro de 2018, foram identificados saldos contábeis de alguns contratos com Credores por financiamentos que não foram atualizados no período de três meses findos em 31 de março de 2018, com reflexos em Imóveis a comercializar, que foram ajustados no balanço patrimonial e estão sendo reapresentados, como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Vitória, ES, 28 de setembro de 2018.

Paulo de Tarso Borges Ramos

Contador CRC RJ 50.191 / T ES

Correspondências:

Rua Ludwik Macal, 390 / 402

Jardim da Penha - Vitória – ES

CEP 29060-030

Telefone: (27) 99981-3404

E-mail: prauditores@gmail.com

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos diretores sobre as Demonstrações financeiras intermediárias e sobre o Relatório do auditor independente sobre a revisão de informações trimestrais - ITR (Reapresentação)

Os diretores da Venture Capital Participações e Investimentos S.A. ("Companhia"), Companhia Aberta, inscrita no CNPJ sob o nº 24.241.659/0001-06, com sede e foro na Cidade de Fortaleza, CE, na Rua Desembargador Lauro Nogueira, número 1.500, sala 1.511, bairro / distrito Papicu, CEP 60176-065, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório sobre a revisão de informações trimestrais, do auditor Paulo de Tarso Borges Ramos, relativamente às Demonstrações financeiras da Companhia, para o trimestre findo em 31 de março de 2018; e,

(ii) reviram, discutiram e concordam com demonstrações financeiras da Companhia, para o trimestre findo em 31 de março de 2018.

Fortaleza, ES, 28 de setembro de 2018.

Fábio Sampaio Neri

Diretor Presidente

Diretor de Relações com Investidores

Hugo Fernando Iwaki Oliveira

Diretor Administrativo-Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos diretores sobre as Demonstrações financeiras intermediárias e sobre o Relatório do auditor independente sobre a revisão de informações trimestrais - ITR (Reapresentação)

Os diretores da Venture Capital Participações e Investimentos S.A. ("Companhia"), Companhia Aberta, inscrita no CNPJ sob o nº 24.241.659/0001-06, com sede e foro na Cidade de Fortaleza, CE, na Rua Desembargador Lauro Nogueira, número 1.500, sala 1.511, bairro / distrito Papicu, CEP 60176-065, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório sobre a revisão de informações trimestrais, do auditor Paulo de Tarso Borges Ramos, relativamente às Demonstrações financeiras da Companhia, para o trimestre findo em 31 de março de 2018; e,

(ii) reviram, discutiram e concordam com demonstrações financeiras da Companhia, para o trimestre findo em 31 de março de 2018.

Fortaleza, ES, 28 de setembro de 2018.

Fábio Sampaio Neri

Diretor Presidente

Diretor de Relações com Investidores

Hugo Fernando Iwaki Oliveira

Diretor Administrativo-Financeiro

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Reapresentação por ajustes na atualização monetária de Credores por financiamentos com reflexos em Imóveis a comercializar.